

CONSTA DA INICIAL ACUSATÓRIA QUE, NA DATA DE 21/11/06, POR VOLTA DAS 13H, NO SHOPPING POPULAR CONHECIDO COMO "O PONTO", SITUADO NO BAIRRO VENDA NOVA, NESTA CAPITAL, A DENUNCIADA FOI SURPREENDIDA POR POLICIAIS CIVIS NA POSSE DE 260 (DUZENTOS E SESSENTA) FITAS DE MÍDIA DE DVD'S FALSOS E 120 (CENTO E VINTE) FITAS DE MÍDIA DE CD'S FALSOS, DOS QUAIS TINHA CIÊNCIA DA FALSIDADE E QUE SE DESTINAVAM PARA MERCANCIA CLANDESTINA. A MATERIALIDADE ESTÁ DEVIDAMENTE EVIDENCIADA NOS AUTOS A PARTIR DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL (F. 06/08), DO AUTO DE APREENSÃO (F. 09), BEM COMO DO LAUDO PERICIAL DE VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE DE MÍDIA (F. 26/27).

ART. 184

**VIOLAR DIREITOS DE
AUTOR E OS QUE LHE
SÃO CONEXOS:**

**PENA - DETENÇÃO, DE 3
(TRÊS) MESES A 1 (UM)
ANO, OU MULTA.**

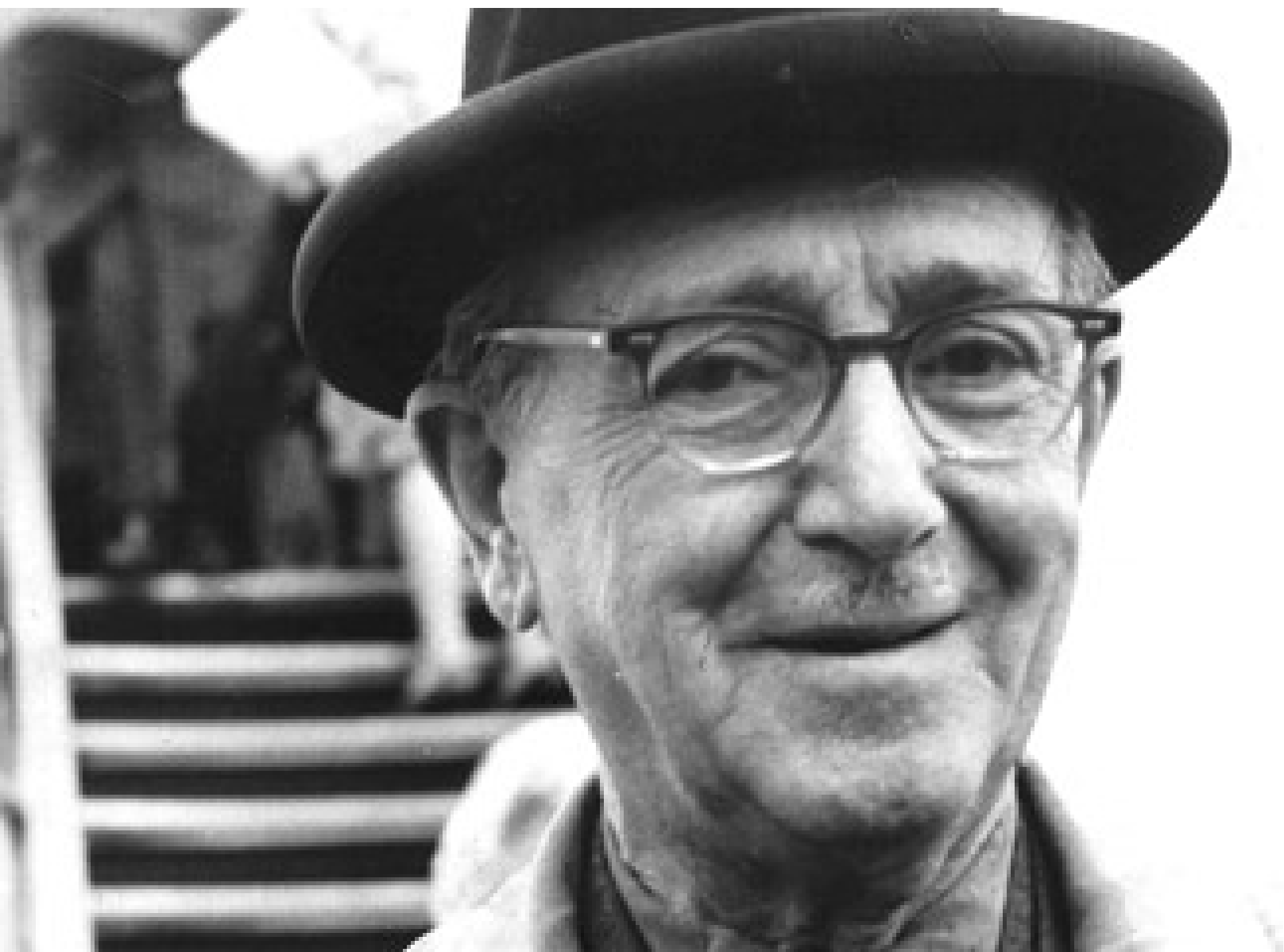
ART. 184 §1º

SE A VIOLAÇÃO CONSISTIR EM REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL, COM INTUITO DE LUCRO DIRETO OU INDIRETO, POR QUALQUER MEIO OU PROCESSO, DE OBRA INTELECTUAL, INTERPRETAÇÃO, EXECUÇÃO OU FONOGRAMA, SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DO AUTOR, DO ARTISTA INTÉRPRETE OU EXECUTANTE, DO PRODUTOR, CONFORME O CASO, OU DE QUEM OS REPRESENTA:

PENA - RECLUSÃO, DE 2 (DOIS) A 4 (QUATRO) ANOS, E MULTA.

ART. 184 §2º

NA MESMA PENA DO §1º INCORRE QUEM, COM O INTUITO DE **LUCRO** DIRETO OU INDIRETO, DISTRIBUI, VENDE, **EXPÕE À VENDA**, ALUGA, INTRODUZ NO PAÍS, ADQUIRE, OCULTA, TEM EM DEPÓSITO, ORIGINAL OU CÓPIA DE OBRA INTELECTUAL OU FONOGRAMA REPRODUZIDO COM VIOLAÇÃO DO DIREITO DE AUTOR, DO DIREITO DE ARTISTA INTÉRPRETE OU EXECUTANTE OU DO DIREITO DO PRODUTOR DE FONOGRAMA, OU, AINDA, ALUGA ORIGINAL OU CÓPIA DE OBRA INTELECTUAL OU FONOGRAMA, SEM A EXPRESSA AUTORIZAÇÃO DOS TITULARES DOS DIREITOS OU DE QUEM OS REPRESENTA.



A lei Maria da Penha é um
conjunto de regras
diabólicas.

A **desgraça** humana
começou por causa da
mulher.

O mundo é **masculino** e
assim deve permanecer.

Jesus foi homem!

Deve prevalecer a vontade
do marido.

A lei é uma demagogia
absurda e inconstitucional.

MM. Edilson Rodrigues



SEGURANÇA JURÍDICA

O DIREITO
É...

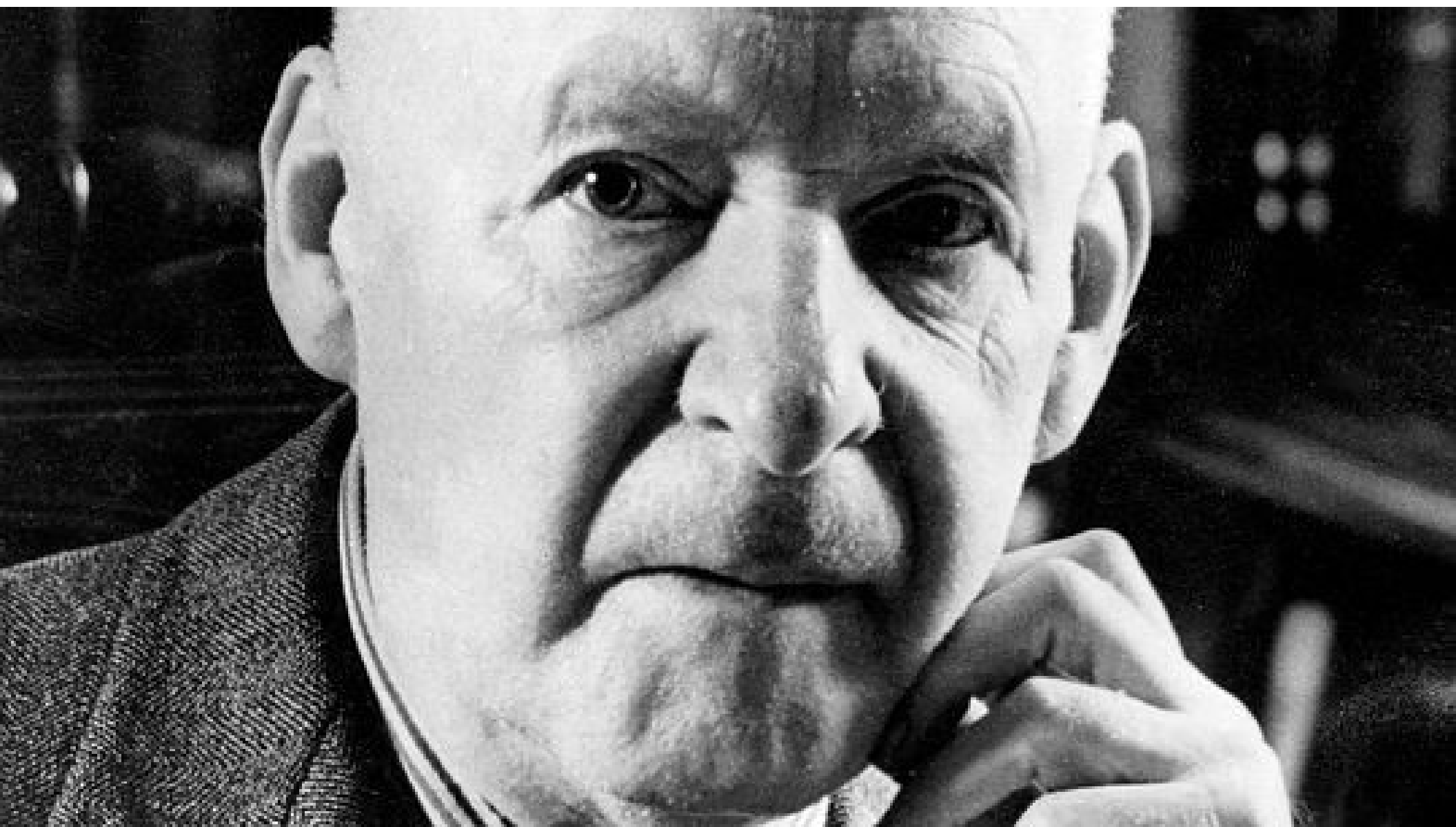
UM CONJUNTO
DE NORMAS
ESTATAIS
(POSITIVAS)
COERCITIVAS

POSITIVISMO JURÍDICO









O DIREITO
É...

UM CONJUNTO DE
NORMAS
ESTATAIS
(POSITIVAS)
QUE NÃO SEJAM
INJUSTAS

NÃO
POSITIVISMO

SEGURANÇA
JURÍDICA
X
JUSTIÇA